

TEXTO DO DISCURSO DO SR. PRESIDENTE CAFÉ FILHO,
PROFERIDO NA "A VOZ DO BRASIL", DA AGÊNCIA NACIONAL, DIA
12 DE OUTUBRO DE 1954.

Ac dirigir mais uma vez a palavra à Nação, desejo esclarecer o sentido desta norma de comparecer frequentemente à presença do povo brasileiro.

Sei que muitos patricios, saturados de palavras e promessas, têm razões para se mostrar descrentes. Não pretendo agravar êsses desencantos. Como homem do povo, amo a linguagem simples da verdade.

De par com o propósito de realizar um govêrno às claras, em permanente prestação de contas, considero um dever a fixação de diretrizes mínimas a seguir.

O govêrno tem a obrigação de dizer não só o que quer, o que pode fazer, mas também aquilo que espera da colaboração de todos.

O respeito à lei, a manutenção da ordem pública, o ambiente de tranquilidade nacional, a garantia dos direitos e liberdades dos cidadãos, a realização correta das eleições e a decisão de acatar a vontade soberana do povo manifestada livremente nas urnas, a linha de austeridade e decência nos negócios oficiais, tudo isto, que está na rotina dos deveres essenciais de qualquer govêrno, parece adquirir hoje as proporções de um ideal que satisfaz.

Ninguém espere de mim a revelação de planos milagrosos ou o acêrvo de soluções mágicas e imediatas. Seria ridículo e desonesto de minha parte assumir compromissos dentro de um resto de mandato que não chega a um ano e meio. Se me for dado entregar ao meu sucessor uma Nação em condições de sossêgo, limpeza e ordem, estarei compensado dos sacrifícios que as circunstâncias me impuseram numa das fases mais dramáticas da vida nacional.

Os lances da onipotência e grandeza não podem figurar no programa de um govêrno a quem incumbe apenas realizar uma obra de transição.

Dar-me-ei por feliz se conseguir manter o país, nestes próximos 15 meses, sob os influxos de um govêrno de modéstia e probidade.

Isso não quer dizer que me sinta desobrigado das responsabilidades que me cabem, no tocante aos vários problemas fundamentais do país, cujas soluções não podem nem devem ser interrompidas. Entre êsses problemas coloco em posição de especial relevo os que se relacionam com a educação em seus diversos gráus e ramos.

Não quero atribuir ao assunto uma importância meramente convencional. Vou explicar por que, a meu ver, hoje mais do que nunca, a educação constitui um problema sem cuja solução não será possível enfrentar com bom êxito a crise geral em que se debate o país.

Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que, sem mudar a mentalidade das elites e do povo, tódas as tentativas de solução dos grandes problemas nacionais serão infrutíferas. Urge remover toda uma montanha de erros, tendências, vícios e falsas noções, que se acumularam através dos anos.

O hábito do pistolão, a facilidade com que os direitos são sempre lembrados e os deveres esquecidos, o costume de esperar tudo do governo, o desejo de enriquecimento rápido, mesmo ilícito, o espírito de fraude que começa nas escolas e se estende depois na vida prática, o personalismo político e a ausência de sentimento público, o deslocamento das forças da iniciativa privada para um segundo plano, os excessos do intervencionismo estatal, o empreguismo sinecurista, o gesto cômodo e passivo de cruzar os braços e ficar aguardando os milagres dos messias e taumaturgos políticos, tudo isto são traços de uma mentalidade negativa e retrógrada.

Sob certos aspectos a reforma dessa mentalidade deve ser encarada como a base de tôdas as demais soluções. E esta revolução só pode ser feita através de um esforço educativo, a começar na escola. Devemos partir do princípio de que o sonho de um Brasil próspero não pode transformar-se em realidade como por encanto, da noite para o dia. É obra que requer organização, sacrifícios e perseverança, de mais de um governo e mais de uma geração.

NOVO MATERIAL HUMANO

Se as atuais classes dirigentes quizerem realmente trabalhar para o engrandecimento nacional, devem concentrar as suas atenções e energias, antes de tudo, na infância e na juventude.

O Brasil precisa, por assim dizer, de uma nova raça. E este novo material humano está nas escolas.

É com alto senso de quem tem nas mãos o futuro do país que o governo se dispõe a tratar a mocidade que estuda.

Seus cuidados a esse respeito serão tanto maiores quanto é certo que a verdadeira mola do progresso do país é a inteligência de seus filhos. E é certo que a energia elétrica representa hoje um fator de fundamental e decisiva importância técnica e econômica, não menos verdade é que a força suprema de um povo está nas suas reservas de energia mental e na melhor maneira de aproveitá-las, como fontes de trabalho criador.

Não podemos cogitar de explorar as riquezas que a natureza brasileira oferece, se não soubermos, antes de tudo, tirar partido do potencial de inteligência das elites e do povo, pondo-o em condições de máximo rendimento.

O talento natural dos brasileiros e a sua capacidade de assimilação têm sido demonstrados em vários empreendimentos bastando citar, como exemplo, a rapidez com que os engenheiros e operários nacionais, alguns deles recrutados nos mais longínquos recantos da vida rural, se adaptaram a um trabalho altamente qualificado, de elevada responsabilidade técnica, nas obras de Volta Redonda e Paulo Afonso. Não temos razão, portanto, para descrever da inteligência dos brasileiros, sobejamente demonstrada em multiplas manifestações de trabalho material e espiritual. O que falta apenas é estabelecer normas de melhor aproveitamento dessas reservas de energia mental, evitando o desvio ou a frustração de tantas vocações, dando margem a processos de formação em que a inteligência e o caráter tenham um desenvolvimento simultâneo e permitindo a preparação de uma elite efetivamente capaz de arcar com a responsabilidade de resolver os problemas do país.

Tem-se, não raro, a impressão de que somente razões miseráveis justificariam a ausência ou falhas de muitos empreendimentos e soluções. Uma análise mais detida, entretanto, de-

monstrará que, em vez de um enigma indecifrável, o que existe é apenas uma mentalidade impregnada de concepções errôneas. Daí a importância fundamental e decisiva da educação em nosso país.

A revolução de mentalidade, que é hoje um imperativo nacional, terá de operar-se nas escolas. É obra de patriotismo e tarefa do magistério.

Se me fosse pedido um conceito de revolução de mentalidade, eu responderia que se trata de uma orientação educacional em que ao lado da consciência dos direitos, se procura criar a mística dos deveres individuais e sociais.

Se muita coisa está falhando no país, a causa reside precisamente em que a noção desses deveres não tem correspondido à intensidade com que todos procuram reivindicar os seus direitos e defender os seus interesses. Produziu-se assim, uma situação de subversão mental e desequilíbrio moral, que é sem dúvida um dos motivos por que não tem sido possível enfrentar com resultados satisfatórios as demais crises.

Torna-se necessário, portanto, atacar pela raiz os grandes males nacionais, e para essa missão de saneamento, recuperação e reforma não há melhor instrumento do que a escola.

Cumprir formar a personalidade de cada indivíduo à luz de uma nova compreensão de seus deveres. Esta é a grande missão para a qual desejo convocar os educadores e todos os brasileiros em condições de prestar a sua colaboração.

ASPECTOS DO PROBLEMA

A situação do país, na esfera do ensino, revela uma expansão generalizada de oportunidades provocada por uma nova consciência popular, que o direito à educação, reconhecido e proclamado pela Constituição da República, vem alargando e aprofundando, simultaneamente com a evolução econômica e social do país.

Aos anseios dessa consciência, vem a sociedade brasileira respondendo com apreciável esforço financeiro, que se comprova pelo que despense com os seus serviços escolares, num montante de cerca de 2,5% da renda nacional, o que nos coloca entre as nações que relativamente mais gastam com a educação.

Infelizmente, dadas as proporções ainda reduzidas dessa renda nacional, não logramos manter um sistema escolar satisfatório para as necessidades brasileiras, nem em quantidade e muito menos em qualidade.

O vigor do processo de expansão desse sistema, sob todos os aspectos ainda deficiente, dá, entretanto, ensejo a que possamos discipliná-lo e levá-lo a corrigir-se em certos aspectos menos desejáveis e projetar-se para o futuro em linhas mais seguras.

A escola primária vem reduzindo o seu período e o seu programa de estudos, com o que desserve à população que não pode ir além do seu curso e, ao mesmo tempo, estimula a ansiedade pela escola secundária, daquela parte da população que só procura nos estudos primários a preparação para a entrada na escola imediatamente superior.

Decorre, daí, uma paradoxal deterioração da escola primária, a despeito de sua expansão numérica e da atenção cada vez maior que lhe estão dando os governos municipais e estaduais.

Fenômeno semelhante ocorre com a escola de nível médio,

sobretudo a chamada escola secundária, objeto de solicitação cada vez mais premente de uma pequena burguezia em crescimento ainda mais rápido do que o da população global que busca o ensino primário.

Essa escola de nível médio, em sua grande maioria de iniciativa particular, vem procurando atender à sua nova clientela com uma progressiva quebra de padrões, tanto mais grave quanto prósos aqueles padrões a uniformidades absolutamente rígidas da lei, só o pode fazer com verdadeira simulação legal.

No ensino superior não é outra a situação: crescente solicitação de ampliação das oportunidades escolares, padrões rígidos legais para seu estabelecimento, violação inevitável desses padrões para atender, em parte, e de qualquer modo, àquelas solicitações tornadas incoercíveis.

No campo de ensino secundário três são os aspectos que estão sendo enfrentados pela administração federal: seu custo e manutenção, a moralização de seu processamento e a qualidade do ensino ministrado. Quanto ao custo do ensino, o Ministério da Educação e Cultura exercerá ação através de assistências aos estabelecimentos existentes, por meio de cooperação com os poderes locais e mediante a concessão de bolsas de estudo.

Para efetivação de medidas relativas à assistência da União ao Ensino médio o governo está se empenhando no sentido de serem concluídas as providências legislativas que dizem respeito à cooperação da União.

Criado o "Fundo Nacional do Ensino Médio", conforme projeto já em fase final de votação, talvez já no próximo ano esteja o governo em condições de suplementar o ensino, de forma a manter os níveis atuais de anuidades sem prejudicar a remuneração condigna dos professores, que precisa ser atualizada em face do aumento do custo de vida.

O BARATEAMENTO DO ENSINO

Tendo em vista o conjunto das aspirações e necessidades dos brasileiros no tocante à educação, o que o governo pretende é dar ao ensino aquilo de que ele precisa para ser eficiente, e ao estudante condições de aproveitá-lo no máximo possível. Daí o problema do custo da educação e do seu barateamento efetivo. Esse problema não diz respeito apenas às taxas escolares, ao livro didático, mas também ao transporte, enfim a tudo o que o estudante precise para realizar sua aspiração.

A esse respeito, é necessário que se estabeleça uma política de entendimento e cooperação entre o Ministério da Educação e Cultura e os estabelecimentos de ensino do país, política de boa vontade, de intuítos patrióticos, a que certamente ninguém recusará apoio e estímulo. É preciso que o governo e a iniciativa privada conjuguem esforços no sentido de criarem condições sociais e econômicas em que o direito à educação seja uma realidade e não apenas uma bonita ficção constitucional.

Para isso é necessário, antes de tudo, promover realmente, o barateamento do ensino onde e sempre que não for possível garantir a sua gratuidade integral. Tornar efetivamente a educação ao alcance de todos deve ser um dos primeiros itens do programa do governo e de todos os patriotas conscientes da importância capital desse problema.

A política educacional da União não consistirá em anular

o que já se iniciou, nem em iniciar o que não pederá realizar. Cumpra valorizar o que está feito, corrigir falhas onde houver, e, sobretudo, dar autenticidade à educação nacional, fazê-la verdadeira, conferir-lhe os requisitos de que precisa para ser um instrumento capaz de tornar nossa democracia, por sua vez, autêntica, verdadeira e, por isso mesmo, fonte de progresso e felicidade para o povo brasileiro.

O govêrno considera que não é possível promover a redenção nacional enquanto mais da metade dos brasileiros permanecer no cativeiro do analfabetismo.

Devemos considerar como um imperativo de honra nacional e sensibilidade humana a incorporação de cêrca de trinta milhões de brasileiros à civilização, ao progresso e à cultura. Deve ser encarada como um motivo de vergonha e amargura para cada um de nós a existência de tantos patricios a quem a falta da mais rudimentar instrução priva de participar realmente, de um padrão de vida compatível com a dignidade humana.

UM APÊLO

A educação nacional, em seus diversos aspectos, apresenta ainda todo um vasto campo a conquistar. Não é possível ao govêrno, sozinho, assumir todo o pêsso das responsabilidades nesse terreno, nem o assunto pode ser objeto de esquemas dentro da bitola normal. Eis por que desejo aproveitar esta oportunidade para encaminhar um apêlo a todos os setores que, na composição da sociedade brasileira, representam a iniciativa privada.

A solução dos problemas do ensino precisa ser colocada em têrmos de campanha permanente e movimento nacional de caráter primordial e urgente.

A educação não pode mais ser considerada como um privilégio dos ricos, nem depender apenas da rotina burocrática. É um direito social dos que dela precisam, que são todos os jovens, e um dever social dos que podem ministrá-la, que são todos os cidadãos letrados.

Quero convocar neste momento todos os brasileiros em condições de participar desta batalha.

Vamos agir todos doravante como se o Brasil estivesse em guerra declarada ao analfabetismo. Se os diferentes círculos de iniciativa particular se dispuserem realmente a dar, no caso, a contribuição de que são capazes, não vejo por que não se possa empreender uma ampla e eficiente disseminação de escolas.

A êsse respeito, milhares de brasileiros estão em condições de oferecer uma colaboração real, tanto mais nobre quanto mais espontânea. Muitos poderão em seus próprios lares ou locais de trabalho improvisar escolas de emergência, cada uma das quais será um "front" de grande batalha nacional. É o que poderão fazer, por exemplo, os industriais em suas fábricas, os proprietários rurais em suas fazendas, os chefes religiosos em seus templos, os clubes esportivos em suas sedes, os militares em seus quartéis.

Dirijo-me por isso, a tãdas as classes sociais do país, aos partidos políticos, às fôrças armadas, às entidades culturais, aos sindicatos e associações de qualquer natureza, às fôrças materiais e espirituais que compõem a Nação.

Promovendo assim a revolução da mentalidade, desde a

base, que é a luta contra o analfabetismo, até a cúpula, que é a formação das elites, o Brasil estará conquistando os meios que lhe permitirão certamente dar um salto para a frente.

Eis por que, nesta oportunidade, desejo exortar todos os cidadãos no sentido de que se considerem em regime de mobilização geral contra o analfabetismo e a deseducação.

Esta campanha terá, entre outros frutos, o mérito de desencadear uma arregimentação de tôdas as fôrças vivas do país, numa demonstração de que a ninguém é lícito, individual ou socialmente, promover a reivindicação de seus direitos se não se der conta de que lhe incumbe corresponder ao outro lado dessas prerrogativas, que só são justas na medida em que se exerce paralelamente o cumprimento dos deveres.

Cada um que disponha de recursos ou de letras, veja a cooperação que pode dar a êste voluntariado, cujos resultados serão, um dia, um motivo de orgulho para o nosso país perante o mundo e uma fonte de satisfação íntima para a consciência de todos os brasileiros, marcando sem dúvida o advento da verdadeira democracia em nosso país e o início de uma era de vida digna e feliz para as elites e para o povo.